



**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
GOVERNO REGIONAL

**Parlamento Jovem Regional 2012 - 2013**

# **A Qualidade do ensino e o novo conceito de escola**

## **REGULAMENTO**

### **(XIV SESSÃO)**

#### **Artigo 1.º**

##### **(Disposições Gerais)**

1- A Assembleia, designada por “Parlamento Jovem Regional” tem como objetivos a divulgação dos valores e das práticas democráticas e a educação para a cidadania. Destina-se aos alunos do 3º ciclo do ensino básico, do universo do ensino público e privado, eleitos nas escolas da Região Autónoma da Madeira (RAM).

2- A decisão de inscrição cabe à Direção de cada Escola, em articulação com o Conselho Pedagógico, formalizando-se com o envio do formulário de inscrição *online* até à data prevista.

3- Todas as Escolas inscritas que cumprirem os objetivos da 1.ª fase do projeto têm o direito de participar na respetiva reunião preparatória, cabendo aos jovens que participam nestas Sessões eleger os jovens deputados que vão participar na Reunião de Comissão e na Sessão Plenária. Pretende-se, assim, garantir à generalidade das Escolas participantes a vivência de uma Sessão Plenária com uma metodologia de debate semelhante às sessões parlamentares.

4- A coordenação do Projeto Parlamento Jovem Regional é composta por um elemento da Assembleia Legislativa da Madeira e dois elementos da Direção Regional de Educação, cabendo-lhes deliberar sobre:

- a) O número de deputados que vão participar nas reuniões preparatórias, na reunião de comissão e na sessão plenária;
- b) O número de perguntas a apresentar pelos jovens deputados aos Grupos Parlamentares na Sessão Plenária;
- d) Quaisquer outras questões relacionadas com a organização da Sessão;
- b) Apoiar os Professores, organizando reuniões de sensibilização para esclarecer dúvidas;
- d) Organizar as reuniões preparatórias, a reunião de comissão e a sessão plenária.

5- As Escolas participantes devem estar atentas à informação disponibilizada no *site* da DRE - Projetos DRE – Parlamento Jovem Regional – [www.madeira-edu.pt/dre](http://www.madeira-edu.pt/dre).

## Artigo 2.º

(Regulamento eleitoral)

- 1- Esta disposição destina-se essencialmente para definir as normas da sessão escolar e do processo eleitoral para as reuniões preparatórias que devem realizar-se durante o mês de março. É de entre os deputados da Escola que são eleitos aqueles que vão participar nas fases seguintes do programa.
- 2- **Antes da sessão escolar e da eleição, cada Escola deve promover uma, ou mais, reuniões de debate sobre o tema (podendo convidar pessoas ligadas ao assunto).**
- 3- Gozam de capacidade eleitoral todos os alunos da Escola, desde que se encontrem matriculados no 3.º no ciclo do ensino básico.
- 4- Cada uma das listas candidatas ou candidato individual, consoante o caso, deverá elaborar um **Projeto de Recomendação**, onde constem **três medidas** sobre o tema proposto: **“A Relação Escola e Sociedade”**, para serem apresentadas na Sessão Escolar.

## Artigo 3.º

Sessão Escolar

1. A sessão escolar tem por objetivo aprovar o Projeto de Recomendação da Escola, **composto por 4 medidas legislativas**, e eleger os respetivos deputados às reuniões preparatórias.
2. O número máximo de deputados à Sessão Escolar é de 16 (dezasseis).
3. A Sessão Escolar pode funcionar com um número menor de deputados, nunca inferior a 4 (quatro).
4. Agenda da sessão escolar:
  - a) O professor responsável dá a palavra aos representantes das listas ou candidato individual para que estes façam a apresentação das suas medidas.
  - b) Segue-se um período de debate que pode incluir pedidos de esclarecimento ou comentários sobre as diversas medidas.
  - c) Após o período de debate, se os deputados mostrarem interesse em fundir propostas, o professor dá início a um período de negociação entre listas ou candidato individual.
  - d) Após o debate, o professor coloca à votação às propostas apresentadas, uma a uma.
  - e) As quatro medidas mais votadas integram o Projeto de Recomendação da Escola a apresentar na Reunião Preparatória.

## Artigo 4.º

(Sistema Eleitoral)

1 – **As Eleições nas escolas** poderão decorrer no dia da sessão escolar ou nas 48 horas seguintes.

2 – São eleitos “deputados” os alunos que se candidatem e obtenham o maior número de votos expressos. A eleição deve sempre ser feita por voto secreto. As candidaturas podem ser apresentadas em lista ou em nome individual, cabendo à escola a opção por um destes métodos.

3 – No caso de **candidaturas em lista**, são eleitos os candidatos apurados por maioria simples. As candidaturas em lista devem ter sempre um número de candidatos superior ao número de mandatos atribuídos à escola, sendo os não eleitos os suplentes dessa lista.

4 – No caso de opção por **candidaturas em nome individual**, a escola deverá assegurar um processo eleitoral que garanta a eleição de um número de candidatos suplentes igual ao número de efetivos.

5 – A substituição de um “deputado” eleito não pode, em caso algum, ser feita por um aluno não submetido a sufrágio.

**6-** O envio dos nomes dos “deputados” eleitos deverá ser remetido à **Direção Regional de Educação (Divisão de Gestão de Projetos) juntamente com o projeto de recomendação até ao dia 11 de fevereiro de 2014.**

#### **Artigo 5.º**

(Mandato)

1 – Qualquer “deputado” que esteja impedido de comparecer às Reuniões Preparatórias será substituído pelo que consta na mesma lista imediatamente a seguir ou, em caso de candidatura individual, pelo suplente.

2 – As substituições devem ser feitas até três dias úteis antes das Reuniões Preparatórias. O professor responsável deve informar a Coordenação sobre a renúncia ao mandato de qualquer “deputado” e indicar o nome do suplente que o substituirá.

#### **Artigo 6.º**

(Deveres)

1 – Constituem deveres do “deputado”:

- a) participar nos trabalhos da Sessão;
- b) desempenhar com responsabilidade o mandato que os seus colegas lhe conferiram;
- c) manter os seus colegas informados sobre os trabalhos preparatórios da Sessão e dar-lhes conta dos seus resultados.

2 – Os “deputados” eleitos em cada escola, bem como os seus suplentes, devem ainda participar nas Reuniões Preparatórias, cujos objetivos e regras estão previstos nos artigos 8º e 9º do presente regulamento.

3 – Os “deputados” eleitos representantes das Reuniões Preparatórias devem participar nos trabalhos da Reunião da Comissão.

#### **Artigo 7.º**

## (Participação nas Reuniões Preparatórias)

- 1 – Os “deputados” eleitos nas escolas, acompanhados dos seus professores dinamizadores, devem participar nas Reuniões Preparatórias, de acordo com o mapa que consta no Anexo I.
- 2 – Os “deputados” suplentes devem participar nas supracitadas reuniões, embora sem direito a voto, exceto se algum deles estiver a substituir o titular do mandato.
- 3 – A falta de uma escola à respetiva Reunião Preparatória implica a perda dos mandatos dos respetivos “deputados”.
- 4 – Os professores responsáveis pela coordenação do projeto na escola devem assegurar a disponibilidade dos eleitos para participarem nas Reuniões Preparatórias e promover o estudo dos documentos que estarão em debate.

## **Artigo 8.º**

### (Objetivo das Reuniões Preparatórias)

- 1 – As Reuniões Preparatórias destinam-se a preparar, detalhadamente, a participação na Sessão na Assembleia Legislativa da Madeira, designadamente:
  - a) Debater os Projetos de Recomendação apresentados pelas escolas (disponíveis no sítio da DRE) e votar um Projeto comum, com um máximo de quatro pontos;
  - b) Deliberar sobre as perguntas a selecionar e sobre a indicação dos “deputados” que as irão apresentar;
  - c) Eleger os quatro “deputados” representantes de cada Reunião Preparatória;
  - d) Receber as informações sobre o funcionamento da reunião de comissão e sobre a organização da sessão plenária.

## **Artigo 9.º**

### (Regras do Debate nas Reuniões Preparatórias)

- 1 – A Mesa das Reuniões é presidida por um membro da ALM e dois da DRE.
- 2 – O debate é aberto pelos membros da Mesa.
- 3 – Durante a fase de apresentação dos projetos, o Presidente dá a palavra aos representantes de cada escola para apresentarem as medidas constantes dos seus Projetos de Recomendação, dispondo os “deputados” de três minutos, por projeto, durante os quais deverão explicar as medidas que propõem, evitando a sua leitura, uma vez que os colegas já dispõem do texto escrito.
- 4 – Na fase do debate na generalidade, serão esclarecidos os conteúdos das medidas de cada escola, para que os deputados votem, posteriormente, o projeto que entendem que, globalmente, reúne as melhores condições para servir de base ao Projeto de Recomendação do círculo. A inscrição dos deputados pode destinar-se a:

- a) Apresentar pedidos de esclarecimento sobre o conteúdo das medidas das outras escolas e, nesse caso, o “deputado” deve logo anunciar qual a escola, ou escolas, que quer interpelar para permitir uma melhor gestão do tempo de resposta;
- b) Fazer uma apreciação global sobre o projeto em debate.

5 – Segue-se a fase da votação na generalidade de cada projeto para apurar o que merece maior consenso e que servirá de base ao debate.

6 – Durante o Debate na especialidade os “deputados” participantes poderão inscrever-se para apresentar as propostas de alteração, após a intervenção que se encontra a decorrer. As referidas propostas podem ser:

- a) De **eliminação** (retirar um dos números do texto base);
- b) De **aditamento** (acrescentar algum número sobre matéria diferente da que consta do texto base, desde que conste de um dos outros projetos);
- c) De **alteração** de redação (modificar uma expressão, por exemplo). A proposta de alteração deverá ser apresentada por escola, por escrito e entregue na Mesa.

7 – A Mesa irá submetendo à votação as propostas de alteração apresentadas, até se chegar à redação final do texto a levar à reunião da Comissão.

8 – No uso da palavra deve ser respeitada a regra da alternância entre as escolas.

9 – O debate não pode exceder três horas, não devendo o tempo de cada intervenção exceder, em princípio, dois minutos.

10 – As intervenções são feitas de improviso, segundo a ordem de inscrição na reunião.

11 – A seleção da pergunta a apresentar pelos representantes de cada Reunião Preparatória é feita por votação, após a apresentação de cada uma pelos “deputados” de cada escola. As perguntas devem incidir sobre o tema em debate e ser dirigidas aos deputados representantes de cada grupo parlamentar.

## **Artigo 10.º**

(Intervenção dos Professores nas Reuniões)

1 – Os professores responsáveis pela coordenação do projeto nas escolas poderão intervir nas reuniões, apenas para esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre a organização da Sessão, ou sobre a condução dos trabalhos.

2 – Os professores poderão ainda propor a participação de um aluno que deseje assistir à Reunião de Comissão e Sessão Parlamentar na qualidade de jornalista/repórter fotográfico.

## **Artigo 11.º**

(Redação e Distribuição do Texto Final)

Os membros da Equipa de Projeto garantirão a redação e distribuição dos textos aprovados nas Reuniões Preparatórias, no início da Reunião de Comissão, para que possa ser lido e votado.

## **Artigo 12.º**

(Objetivo da Reunião da Comissão)

A Reunião da Comissão tem como objetivo proporcionar um debate dinâmico e espontâneo sobre os Projetos de Recomendação aprovados nas Reuniões Preparatórias.

### **Artigo 13.º**

(Regras do Debate na Reunião da Comissão)

- 1 – A Mesa das Reuniões é presidida por um membro da ALM e dois da DRE.
- 2 – O primeiro ponto da ordem de trabalho será a votação dos membros da Mesa da Assembleia.
- 3 – Durante a apresentação dos projetos, o Presidente dá a palavra aos representantes de cada escola para exporem as medidas constantes dos seus Projetos de Recomendação, dispondo os “deputados” de três minutos, por projeto, durante os quais deverão explicar as medidas que propõem, evitando a sua leitura uma vez que os colegas já dispõem do texto escrito.
- 4 – Na fase do debate na generalidade, serão esclarecidos os conteúdos dos projetos de cada escola, para que os “deputados” votem, após considerarem que, globalmente, reúne as melhores condições para servir de base ao Projeto de Recomendação do Círculo. A inscrição dos “deputados” pode destinar-se a:
  - a) Apresentar pedidos de esclarecimento sobre o conteúdo das medidas das outras escolas e, nesse caso, o “deputado” deve anunciar de imediato qual a escola, ou escolas, que pretende interpelar, para permitir uma melhor gestão do tempo de resposta;
  - b) Fazer uma apreciação global sobre o projeto em debate.
- 5 – Segue-se uma votação na generalidade de cada projeto, com o objetivo de apurar o que reúne maior consenso e que servirá de base ao debate.
- 6 – Os “deputados” participantes podem inscrever-se para o debate na especialidade apresentando projetos de alteração, após a intervenção a decorrer. As referidas propostas podem ser:
  - a) De **aditamento** (acrescentar algum número sobre matéria diferente da que consta do texto base, desde que conste de um dos outros projetos);
  - b) De **eliminação** (retirar um dos números do texto base);
  - c) De **alteração** de redação (modificar uma expressão, por exemplo).
- 7 – A Mesa irá submetendo à votação as propostas apresentadas, até se chegar à redação final do texto, que sairá da Reunião da Comissão contendo cinco medidas.
- 8 – No uso da palavra deve ser respeitada a regra da alternância dos representantes das Reuniões Preparatórias.
- 9 – O debate nas Comissões não pode exceder três horas, não devendo o tempo de cada intervenção exceder, em princípio, dois minutos.
- 10 – As intervenções são feitas de improviso, segundo a ordem de inscrição na reunião.

### **Artigo 14.º**

## (Redação e Distribuição do Texto Final)

1 – Os membros da Equipa de Projeto garantirão a redação e distribuição do texto final aprovado, no início da Sessão Plenária, para que possa ser lido e votado.

### **Artigo 15.º**

#### (Constituição do Parlamento dos Jovens)

1 – Na Sessão do Parlamento dos Jovens, designada por “Parlamento Jovem Regional”, participam, no máximo, **sessenta** “deputados” eleitos no universo dos alunos do 3º ciclo do ensino básico, no qual se inclui o ensino particular.

### **Artigo 16.º**

#### (Mesa da Assembleia)

1 – A Mesa da Sessão Plenária é constituída por

- a) Um Presidente;
- b) Um Vice-Presidente;
- c) Dois Secretários;
- d) Um Vice-Secretário.

2 – Os Membros da Mesa são eleitos pelos “deputados” na Reunião da Comissão.

3 – Compete ao Presidente dirigir e coordenar os trabalhos da Sessão.

4 – Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente sempre que este tenha de se ausentar da Sala e dar-lhe apoio na condução dos trabalhos.

5 – Compete aos Secretários tomar nota dos “deputados” que pedem a palavra, controlar os tempos de intervenção, registar o resultado das votações e ajudar o Presidente na organização dos trabalhos.

6 – Compete ao Vice-Secretário substituir um dos Secretários, caso seja necessário.

### **Artigo 17.º**

#### (Organização da Sessão)

1 – **A XIII Sessão Parlamentar do “Parlamento Jovem Regional”, é organizada em dois períodos:**

#### **I – Período Antes da Ordem do Dia (PAOD):**

- a) Intervenção de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira.

#### **II – Período da Ordem do Dia (POD):**

- a) Apresentação, debate e votação final global do Projeto de Recomendação;

- b) Apresentação das perguntas aos deputados em representação dos Grupos Parlamentares.

### **Artigo 18.º**

(Apresentação do Projeto de Recomendação)

- 1 – Destina-se à aprovação de uma Recomendação à Assembleia Legislativa Regional da Madeira, de acordo com a metodologia indicada nos números seguintes.
- 2 – Após a apresentação do projeto aprovado pela Comissão é feita a respetiva votação final global.
- 3 – O “deputado” responsável pela apresentação de cada medida pode usar da palavra para uma breve declaração de voto, ou um comentário sobre a Sessão, no final da votação.
- 4 – Para o efeito referido no número anterior é atribuído um período máximo de sessenta minutos.

### **Artigo 19.º**

(Apresentação das Perguntas aos Deputados)

- 1 – A fase de apresentação das perguntas consiste na exposição das mesmas aos deputados em representação dos Grupos Parlamentares.
- 2 – O uso da palavra é dado aos “deputados”, previamente inscritos, pelo Presidente no respeito pelas decisões tomadas nas Reuniões Preparatórias, nos termos do Regulamento.
- 3 – Cada “deputado” tem um minuto para a apresentação da pergunta.
- 4 – Cada deputado da ALM dispõe, em princípio, de três minutos para responder a cada pergunta, se outro tempo não for determinado pelo Presidente da Sessão.
- 5 – O tempo referido no número anterior tem a duração máxima de trinta minutos, podendo ser prolongado, com autorização da Mesa.
- 6 – Na eventualidade de existir tempo no final do ciclo de perguntas, a Mesa pode conceder autorização aos “deputados” para que estes façam uso da palavra com o objetivo de pedir esclarecimentos, não devendo cada intervenção exceder um minuto.

### **Artigo 20.º**

(Uso da Palavra)

A palavra é concedida para:

- a) Participar nos debates;
- b) Fazer perguntas ou requerimentos à Mesa sobre a condução dos trabalhos;
- c) Fazer e responder a pedidos de esclarecimento, quando a Mesa o autorize.

### **Artigo 21.º**

### (Ordem no Uso da Palavra)

- 1 – A palavra é concedida pelo Presidente da Mesa no respeito pelas deliberações das Reuniões Preparatórias e acatando o princípio de alternância dos “deputados”.
- 2 – A Mesa deve dar prioridade no uso da palavra ao “deputado” que ainda não fez uso dela.
- 3 – A Mesa tem de respeitar e fazer respeitar, com rigor, o tempo regimental para cada um dos dois períodos.

### **Artigo 22.º**

#### (Modo de Usar da Palavra)

- 1 – No uso da palavra os “deputados” dirigem-se ao Presidente e à Assembleia e devem estar de pé.
- 2 – O orador só pode ser interrompido caso dê consentimento a algum “deputado” para tal.
- 3 – O orador pode ser avisado pelo Presidente que o seu tempo terminou.
- 4 – O orador deve dirigir-se ao Presidente e aos seus pares sempre com o devido respeito.

### **Artigo 23.º**

#### (Voto)

- 1 – Cada “deputado” deve votar apenas uma vez.
- 2 – O voto pode ser a favor, contra ou de abstenção.
- 3 – Os “deputados” votam, levantando-se, de acordo com a indicação do Presidente.

### **Artigo 24.º**

#### (Deliberações)

- 1 – As deliberações são tomadas à pluralidade dos votos.
- 2 – Nenhum “deputado” presente pode deixar de votar.
- 3 – As abstenções não contam para o apuramento dos votos.

## **Anexo I**

Mapa de Participação nas Reuniões Preparatórias e eleição para a Reunião de Comissão

<b>Escolas</b>	<b>Total de “deputados” em cada Reunião Preparatória</b>	<b>Total de “deputados” para a Reunião de Comissão</b>	<b>Nº de Reuniões Preparatórias</b>
EBS Dr. Ângelo Augusto da Silva EB23 Dr. Eduardo Brazão de Castro (S. Roque) Colégio Infante D. Henrique EB23 Curral das Freiras EBS Prof. Dr. Francisco F. Branco (Porto Santo)	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>1.<sup>a</sup></b>
Ext. Apresentação de Maria EB23 de Bartolomeu Perestrelo EB23 Santo António EB23 Dr. Alfredo F. de Nóbrega (Camacha)	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2.<sup>a</sup></b>
EBS Gonçalves Zarco EB23 do Caniço EB23 Estreito de Câmara de Lobos EB23 Torre EBS Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas (Carmo)	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>3.<sup>a</sup></b>
EB23 Cônego J.J. de Andrade (Campanário) EBS Calheta EB23 Prof. Francisco M. Santana Barreto (Fajã da Ovelha) EBS D. Lucinda Andrade (S. Vicente)	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>4.<sup>a</sup></b>
EBS de Machico EB23 do Caniçal EBS Bispo D. Manuel F. Cabral (Santana) EB23 Porto da Cruz EB23 Santa Cruz	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>5.<sup>a</sup></b>
<b>TOTAL DE DEPUTADOS</b>	<b>46</b>	<b>23</b>	<b>5 Reuniões</b>

**(sujeito a alterações)**

## **Anexo II**

--

**Identificação da Escola:**

**Projeto de Recomendação**

**Exposição de motivos:** *(considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas).*

**Medidas Propostas:** *(Redigir com clareza e objetividade, sem alíneas)*

1.

2.

3.

4.

**Duas Questões** *(relacionadas com o tema)*

1.

2.

**Identificação dos Deputados Eleitos**

1ºEfetivo:  
2º Efetivo:

1ºSuplente:  
2º Suplente:

**Identificação do Jornalista**

3º Jornalista:

**Proposta de tema para a próxima edição do PJR**

**CALENDÁRIO/INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

A realização da Sessão anual do Parlamento dos Jovens insere-se no Projeto designado por “Parlamento Jovem Regional” promovido pela Assembleia Legislativa da Madeira em estreita cooperação com a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos, tendo como principais objetivos a divulgação dos valores e das práticas democráticas e a educação para a cidadania.

### **Tema: "A Relação Escola e Sociedade".**

As Escolas intervêm no Projeto através dos professores designados para acompanhar esta iniciativa, cabendo à Equipa de Projeto da Direção Regional de Educação a definição dos princípios gerais de funcionamento coordenação geral.

### **Calendário das fases do Projeto**

<b>Fases</b>	<b>Etapas</b>	<b>Datas</b>	
<b>1ª Fase</b>	Estudo e debate do tema	<b>Até 19 de dezembro</b>	
	Apresentação das listas e/ou candidaturas individuais e respetivo projeto de recomendação	<b>Até 31 de janeiro</b>	
	Sessão Escolar e eleição na escola	<b>Até 7 de fevereiro</b>	
	Envio do projeto de recomendação da escola + nome dos “deputados” eleitos à DRE	<b>Até 11 de fevereiro</b>	
	Divulgação dos trabalhos na Internet	<b>Até 21 de fevereiro</b>	
<b>2ª Fase</b>	Reuniões Preparatórias	<b>1ª</b>	<b>17 de março (manhã)</b>
		<b>2ª</b>	<b>18 de março (manhã)</b>
		<b>3ª</b>	<b>19 de março (manhã)</b>
		<b>4ª</b>	<b>20 de março (manhã)</b>
		<b>5ª</b>	<b>21 de março (manhã)</b>
<b>3ª Fase</b>	Reunião da Comissão <sup>1</sup>	<b>Assembleia Legislativa da Madeira 07 de maio (14:30 horas)</b>	
<b>XIV Sessão “Parlamento Jovem Regional”</b>		<b>Assembleia Legislativa da Madeira 14 de maio (14:30 horas)</b>	

<sup>1</sup> Com quatro ou cinco elementos representantes de cada Reunião Preparatória, a eleger durante as mesmas, num total que pode variar entre 20 ou 25 alunos.

## O cumprimento dos prazos é muito importante!

### Regras de elaboração dos trabalhos a realizar pelas Escolas

As escolas que participam na XIV Sessão do “Parlamento Jovem Regional” deverão enviar o projeto de recomendação, o nome dos deputados eleitos (efetivos e suplentes) e a questão a ser apresentada, por correio eletrónico, até ao dia 11 de fevereiro de 2014.

O envio do trabalho para a Direção Regional de Educação, deve ser feito **SEMPRE por correio eletrónico** a fim de permitir uma rápida divulgação dos Projetos de Recomendação na internet.

1. O trabalho apresentado deverá seguir as seguintes orientações (**ANEXO I**):

– **Um** (e apenas um) **Projeto de Recomendação à Assembleia Legislativa da Madeira** sobre o tema, resultante do estudo e debate feitos pelos alunos participantes, obedecendo aos seguintes **requisitos**:

- a) Conter uma “exposição de motivos”, isto é, uma introdução, onde devem ser justificadas as medidas a propor (máximo de 10 linhas, letra de tamanho 12, espaço 1);
- b) Descrever **4 medidas** a recomendar à ALM, que devem ser redigidas com clareza e objetividade e ser numeradas.

2. Compete, especialmente, ao professor responsável pelo acompanhamento do projeto:

- Orientar e dinamizar o debate sobre o tema na escola, alargando-o, sempre que possível, à comunidade.
- Elaborar um breve relatório, dando conta da metodologia de debate seguida na escola e do número de alunos que foram envolvidos no projeto. Deve ser incentivada a redação dos textos pelos alunos, respeitando a sua forma de expressão própria, velando pela clareza na exposição das ideias e evitando misturar os argumentos (*que devem constar da introdução*) com as medidas propostas no Projeto de Recomendação (máximo de 10 linhas, letra de tamanho 12, espaço 1).

Os professores podem ainda incluir no seu relatório, se o desejarem, comentários sobre o projeto, ou sobre as regras de preparação das Sessões, para que esta iniciativa cumpra, cada vez melhor, o seu objetivo de incentivo à participação cívica.

3. Cada Escola deve preparar **uma pergunta relacionada com o tema e enviar juntamente com o Projeto de Recomendação para ser votada na Reunião Preparatória**. As perguntas sobre o tema em debate serão apresentadas aos deputados representantes dos vários grupos parlamentares na **XIV Sessão Plenária**.

4. **As escolas deverão indicar o nome dos dois “deputados” efetivos e dois suplentes**, e enviar para a Divisão de Gestão de Projetos, via correio eletrónico: **dgp.dre(at)live.madeira-edu.pt/**.

## Métodos de eleição (exemplos)

### I. Candidaturas em lista (aplicação do Método da média mais alta de Hondt)

**Exemplo prático da conversão dos votos em mandatos:**

**nº de votos válidos apurados: 68**

A escola "X" tem direito a eleger 3 “deputados”.

Concorrem 3 listas: A, B e C (cada lista deve ter, no mínimo, 6 nomes, isto é, o dobro dos mandatos a que a escola tem direito: caso sejam eleitos apenas candidatos de uma lista os 3 últimos nomes serão os suplentes).

Número de votos por lista: A – 30; B – 25; C – 13

#### **APLICAÇÃO DA REGRA:**

1º – O número de votos apurados por cada lista é dividido, sucessivamente, por 1, 2, etc. (até 3, se necessário, que é o número de “deputados” a eleger), sendo os quocientes alinhados por ordem decrescente:

	<b>Lista A</b>	<b>Lista B</b>	<b>Lista C</b>
Divisão por 1	<b>30</b>	<b>25</b>	13
Divisão por 2	<b>15</b>	12,5	6,5
Divisão por 3	10	8,33	4,33

Os 3 quocientes de maior valor estão assinalados a *bold*.

2º – Apuramento – **Total de “deputados” eleitos pela escola “X”: 2 da Lista A e 1 da Lista B** (pela ordem em que figuram nas listas). Os suplentes de cada lista são os nomes que se seguem aos dos efetivos apurados.

## **II. Candidaturas individuais**

**Exemplo para a eleição de 2 “deputados”:**

**nº de votos válidos apurados: 50**

**Pode ser seguido um destes métodos:**

**a) No boletim de voto são indicados os nomes dos candidatos, mencionando-se, para cada um, o respetivo suplente:**

Maria (candidata efetiva) com João (candidato suplente) – 25 votos

Vasco (efetivo) com António (suplente) – 18 votos

Margarida (efetiva) com Ana (suplente) – 7 votos

**Resultado: São eleitos a Maria e o Vasco.**

Se a Maria precisar de ser substituída passará o João a ser o efetivo/ Se o Vasco precisar de ser substituído será o António o efetivo.

**b) No boletim de voto são indicados os nomes individualmente, tornando-se “deputados” efetivos os mais votados e sendo os restantes suplentes:**

Maria – 15 votos

Vasco – 12 votos

Margarida – 10 votos

António – 8 votos

Ana – 5

**Resultado: São eleitos a Maria e o Vasco.**

1º Suplente: Margarida/ 2º suplente: António/ 3º Suplente – Ana